

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP

Problemas da Hispanidade Visigoda: Influências Sócio Históricas na
seleção antroponímica da Península Ibérica dos séculos XII-XIV

Gabriel Mesquita de Carvalho

Brasília

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP

Problemas da Hispanidade Visigoda: Influências Sócio Históricas na
seleção antroponímica da Península Ibérica dos séculos XII-XIV

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Linguística, Português e Línguas Clássicas
da Universidade de Brasília – UnB, como
requisito para a conclusão do curso de
Letras – Português Licenciatura.

Orientação: Profª Drª Juliana Soledade

Brasília

2021

Dedico o presente trabalho de conclusão de curso aos professores e professoras do Brasil, desafiando o obscurantismo nas fronteiras da educação em tempos tão difíceis.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Referencial Teórico	7
2.1. O papel da antroponímia como revelador de aspectos sócio culturais	7
3. Contexto histórico	10
3.1. O Cataclismo visigodo	10
3.2 Monarquia em crise	11
3.3 Ascensão do império Árabe	16
4. Metodologia	19
5. Análise dos dados e argumentação teórica	21
5.2 Contextualização dos antropônimos medievais segundo o contexto histórico	21
5.2.1 Problemas da soliedariedade hispano-goda	22
5.2.2 O problema do culto ao passado visigodo	30
5.2.3 A não hispanidade dos visigodos	34
5.2.4 Motivação semântica na seleção antroponímica	39
6. Considerações Finais	40
7. Referências bibliográficas	44

1. Introdução

Poderíamos iniciar esse estudo alegando que muitos de nós desconhecemos a origem de nossos próprios nomes. Isso é possível, mas ao mesmo tempo de difícil constatação. Se é difícil saber o conhecimento que as pessoas possuem sobre o significado de seus nomes, acredito que temos uma boa ideia que isso é de alguma forma um objeto de interesse, tendo em vista tantas publicações e sites sobre nomes de bebês. Qualquer pesquisa rápida num buscador de internet nos trará uma seleção deles.

Contudo, talvez para outras pessoas, mesmo que seus pais ao nomeá-las tenham pensado no significado, a origem de seu nome pouco importe. Afinal de contas, pelo menos aqui no Brasil, temos uma produção antroponímica bastante inventiva, que privilegia, muitas vezes, aspectos sonoros e gráficos do que exatamente semânticos. Assim, não há sequer significado para atizar a curiosidade do portador.

De todo modo, mesmo que o significado do nome tenha perdido relativa relevância ao longo da história, a importância do antropônimo dificilmente será negada por qualquer um. Um nome usual pode fazer você passar incólume por listas de chamada, mas um nome exótico pode ser mais do que uma idiossincrasia pitoresca e se tornar um estigma ou embaraço.

Assim, podemos até não saber se as pessoas conhecem ou desconhecem o significado de seus nomes, ou até se seus nomes possuem significado; podemos também não saber o valor que as pessoas dão aos seus nomes, mas com alguma certeza podemos afirmar que o nome possui uma importância. E essa importância do nome atribuído às pessoas perpassa toda a história humana. Embora nossa observação de uma sociedade possa se colocar numa imensa distância histórica ou cultural, considerando a dimensão do comportamento antroponímico, através dele podemos constituir uma ferramenta de análise social. A partir dessa perspectiva, então, podemos tentar acessar um pouco uma sociedade distante, seja aqui no presente, em outro mundo de valores, ou naquele passado, em outro tempo da história.

Neste trabalho de linguística histórica, temos como objetivo analisar a seleção antroponímica da Península Ibérica cristã entre os séculos 12 e 14, verificando elementos que poderiam elucidar algumas questões históricas. Em seu texto “Antroponímia germânica da Península Ibérica”, Joseph-Maria Piel, ao observar a perenidade dos antropônimos germânicos na

Península Ibérica, mesmo com a significativa minoria germânica e sua extensa latinização, aponta como fatores dessa longevidade o sentimento de solidariedade política entre os hispanos e godos, bem como um culto consciente de retorno ao passado visigodo. O autor vai dizer que:

Para a germanização do onomástico peninsular, contribuiu certamente o prestígio de que gozavam os novos senhores da Hispânia junto da população hispano-românica, a qual passaria a identificar o seu destino com o do reino visigodo (*Gothorum gens et patria*), o que deu origem a um novo sentimento nacional, de que S. Isidoro é a mais eloquente das testemunhas. Ora, quer parecer-nos que foi este sentimento de solidariedade política que garantiu à antroponímia goda o privilégio de sobreviver não só ao idioma godo, de que pouco sabemos, mas também ao próprio reino de Toledo. Possivelmente mesmo se deva pensar num culto consciente deste passado nos primeiros tempos heroicos da Reconquista, com a exaltação nacional que este movimento comporta. (PIEL, 1989, p130)

Assim, propomos investigar esse “sentimento nacional” descrito por Piel, que se desdobra nesses dois elementos de valor social, a “Solidariedade Hispano-Goda” e o “Culto consciente ao passado”, que constituem duas das seções desse estudo, nas quais procuramos analisar se o comportamento antroponímico poderia nos ajudar a compreender melhor essas questões. E, na seção de análise, enfocaremos a questão central: se aqueles indivíduos do momento histórico da reconquista possuíam alguma noção semântica dos nomes godos, que pudesse ser um fator na seleção antroponímica.

2 Referencial teórico

2.1 O papel da antroponímia como revelador de aspectos sócio culturais

Nomear as coisas que nos cercam parece de fato uma atividade essencial humana. Aceitando os aspectos biológicos da linguagem, encontrar significado – e significante – para os objetos do mundo é algo que constitui a própria noção de existência. Carla Bastiani (2014) salienta que é por meio da linguagem que nos comunicamos, organizamos e estruturamos o pensamento. É por ela que expressamos nossa visão de mundo, valores e produzimos o conhecimento. Podemos dizer que é pela linguagem que não só tentamos compreender a vida, mas também a nós mesmos.

Mas a linguagem não é somente essa ferramenta que usamos pra expressar a nossa subjetividade, mas também um aparato complexo que compartilhamos com todos os humanos do planeta. Seja pela fala, ou por outro sistema de significantes, os seres humanos comunicam entre si, fortalecem seus laços e valores, antagonizam suas ameaças e expressam aquilo que são, como indivíduos e como coletivo. Como ressalta Bastiani, é impossível explicar a linguagem desvinculada de sua vertente social. Constituindo, então, a linguagem essa relação direta com o conjunto de elementos que nos formam como indivíduo, sendo ela esse fenômeno que nos transcende e perpassa como comunidade humana, também por ela é possível compreender aquilo que compartilhamos como cultura e sociedade entre nós.

Mas a linguagem, como campo do conhecimento humano, é vasta e possui diversas abordagens. Cada uma dela nos revelará um pouco mais sobre esse fenômeno, como também sobre a natureza humana do falante que se utiliza da linguagem. Nesse trabalho, concentramos nosso interesse na antroponímia, pois entendo que a ação de conceder nomes às pessoas pode revelar um pouco mais sobre essas pessoas que se nomeiam e a comunidade em que vivem. Assim, a antroponímia como uma disciplina do campo da linguagem, se torna uma importante ferramenta de análise social.

Como ressaltado por Letícia Santos (2016), a escolha de um antropônimo para um indivíduo não é desmotivada, podendo estar vinculada a diversos aspectos. Nas tribos indígenas brasileiras, por exemplo, é comum um indivíduo passar por rituais e eventos religiosos os quais resultará na troca de seu nome. Marco Antonio Gonçalves relata em seu artigo “Os Nomes Próprios nas Sociedades indígenas das Terras Baixas da América do Sul”, que *“o jovem Tupinambá deve passar por certos ritos, entre eles a troca de nomes, para ingressar na vida adulta. O nome, aqui, localiza o jovem na estrutura social”*. Compreendemos, assim, o papel relevante que a antroponímia possui como recurso para compreendemos os sistemas de valores de sociedades diversas.

Mesmo na nossa sociedade, na qual nos encontramos um tanto dissociados dos elementos semânticos da maioria dos nomes atribuídos, acredito que a escolha de nossos antropônimos não pode ser compreendida como totalmente imotivada. Rorion Gracie, em entrevista para o documentário que o History Channel realizou sobre seu pai e grande inovador do Jiu-Jitsu Gracie, Hélio Gracie, revela que os nomes diferentes e curiosos atribuídos aos membros da família se deve ao fato de seu pai desejar que cada filho fosse único. Assim, esse nome inventado concederia ao seu portador uma característica singular e especial.

Desse modo, a ocorrência e prevalência de determinados nomes nos registros de nascimento podem estar relacionadas tanto a essa motivação de unicidade de um indivíduo, bem como refletir elementos culturais e sociais. Matrizes religiosas diversas, tradições, pressões culturais externas e toda uma gama de influências podem contribuir para a seleção de antropônimos, constituindo assim o estudo desses nomes fonte relevante sobre a organização de uma sociedade. Como relata Letícia Santos,

Muitos dos registros de um povo, bem como sua cultura, sua organização social e suas crenças podem ser observados na escolha dos nomes próprios, prática antiquíssima e que, em face desses aspectos, merece a atenção dos seus estudiosos. (Rodrigues, 2016, p75)

Relativo a isso, Américo Venâncio Lopes Machado Filho irá afirmar que:

Para se conhecer sistematicamente a história de um povo, importa, pois, investigar o léxico em uso real, em diferentes sincronias, pois, a cada tempo, nele se pode espelhar mais diafanamente a força do contato em sua composição. (MACHADO FILHO, 2013, p 392)

Por essa perspectiva Lopes Machado nos indica que perscrutar a antroponímia pode ser ferramenta importante não só para compreender as sociedades de nosso tempo, mas também povos que encerraram seus ciclos na história humana, mas legaram fragmentos de sua linguagem até os dias atuais. A antroponímia é um recurso historiográfico de interpretação da história.

3 Contexto histórico

3.1 O Cataclismo visigodo

Pouco antes do ano 711 da era comum, a península ibérica em quase a totalidade de sua extensão constituía o domínio do reino visigodo. A história desse breve reino bárbaro se inicia no processo de declínio e queda do Império Romano. Depois de muitas atribulações, migrações e batalhas, uma vigorosa tribo bárbara conhecida por Visigodos se assentou finalmente na província romana da Hispania, no ano 418, e lá consolidou seu governo. Na verdade, eles ainda eram senhores das terras ao norte dos pirineus, mas não conseguiram mantê-las em seu poder, sendo tomadas pelos francos, que as anexou no seu território que futuramente se tornaria a França - mais um reino que se formou nos eventos que sucederam a queda do império romano do ocidente.

Quando lutavam para consolidar seu reino e expulsar definitivamente os bizantinos, mal sabiam os visigodos que em apenas três séculos um evento catastrófico para sua existência aconteceria. Um evento tão definitivo que mudará o curso da história na península Ibérica e encerrará a participação dos visigodos nessa crônica. No ano de 711 uma grande potência em plena expansão desembarca ao sul da Hispania, os árabes, que em poucos séculos saíram da península arábica para desafiar os grandes impérios que ainda se erguiam, conquistando um vasto território que iria da Espanha à Índia. Após a batalha de Guadalete, vencida pelos árabes sem muito esforço, seu reduzido exército em poucos meses conquistou metade do território. E, em poucos anos, quase toda a península, antes dominada pelos visigodos, se subordinaria a outros senhores, vindos de outro lugar, falando outra língua e adorando outro deus. Apenas a pequena parte do norte da península, conhecida pela tenacidade de seus habitantes e pela localização estratégica de suas defesas naturais, continuou sob o domínio hispano-godo, constituindo um refúgio para os cristãos que se opuseram aos invasores.

Dali se organizará uma resistência que obstinadamente manterá ao menos essa parte território cristão. Em alguns séculos, no grande contexto religioso e político das cruzadas, ganhará força o movimento conhecido por Reconquista, com o objetivo manifesto de retomar dos infiéis aquelas terras outrora cristãs. Mas não serão esses cristãos, os antigos visigodos ou hispano-godos, a reconquistar o que era seu, recriar o seu reino e finalmente criar a terra Gothia. Não, serão homens com outros nomes. Leoneses, castelhanos, portugueses, cada um desses com sua própria visão de mundo e objetivos.

Diante disso, persiste a pergunta que muitos historiadores procuram responder: como o reino visigodo pode ter acabado de modo tão definitivo e rápido após a invasão árabe? Como todo evento histórico, a resposta para essa pergunta não é simples e deve levar em conta diferentes fatores. Nesse trabalho concentraremos nossa argumentação em 2 fatores principais que, a despeito da dificuldade de compreender fenômeno tão complexo, acredito que podem fornecer um bom panorama geral. Os dois fatores que serão discutidos aqui são: a crise política da monarquia visigótica e a eficiente e rápida expansão militar muçulmana.

3.2 Monarquia em crise

Um fato notável se evidencia ao passarmos pela cronologia do reino visigodo. Durante os cerca de três séculos que os visigodos eram os senhores da Hispania, não temos sequer uma grande linhagem de reis. Contam-se parcamente aqueles os quais sua casa governou por mais de duas gerações. O processo de legitimação e exercício do poder político entre os visigodos se caracteriza por instabilidade e violência. Na história das disputas pelo trono hispano-godo, podemos encontrar desde registros de tomadas relativamente pacíficas até traições e assassinatos. Não é difícil, nesse cenário, levantar a hipótese de que isso se relacionar com o fato de que entre os visigodos, ainda quando bárbaros seminômades, a liderança não se assentava em linhagens hereditárias ou razões religiosas.

Não foi possível saber exatamente quando os visigodos começaram a se organizar politicamente como uma monarquia. Na verdade, é difícil inclusive saber como eles se organizavam mesmo antes de se apresentarem como uma sociedade monárquica. Roger Collins defende que muito pouco conhecemos sobre os visigodos até antes de 378, os momentos posteriores da batalha de Adrianópolis. Não se sabe se Fritigern, que liderou os visigodos em Adrianópolis, fazia parte de uma longa linhagem de reis, ou se sua liderança se deu por eventos fortuitos. O mesmo se pode dizer de Alarico, que como Collins ressalta, *“Não há nenhuma evidência de que Alarico pertencia a qualquer casa governante legitimada, com ou sem uma suposta ascendência divina.”* [tradução livre]¹. Talvez, como muitas organizações tribais, a autoridade do líder se respaldasse em elementos mais pragmáticos, podendo ser contestada a qualquer momento por outro que se achasse mais digno ao cargo.

Durante a monarquia dos visigodos, após a morte ou deposição de um rei, o sucessor era eleito por uma assembleia de nobres, como Feldman traz:

Os reis visigodos eram eleitos, inicialmente, por assembleias de guerreiros e posteriormente pela nobreza. Isso criava conflitos entre clãs tribais, cada qual com seu candidato e dificultava a criação de dinastias reais. (FELDMAN, 2016, p. 47)

Como visto, esse processo resultava em conflitos de facções, que se uniam em diferentes interesses. Dependendo do poder de cada lado, a contenda facilmente resultava em mortes, perseguições, deposição de direito e confisco de bens.

A instabilidade e a violência provocada pela sucessão monárquica parecia ser uma preocupação real para setores do reino visigodo. No ano de 633, o concílio de Toledo, entre várias questões eclesiásticas e doutrinárias, redige o septuagésimo quinto cânone, o qual condenava qualquer um que conspirasse contra o rei. Era uma tentativa dos bispos visigodos de proteger com sanções espirituais a legitimidade do rei e a

¹ There is no real evidence that Alaric belonged to any long-established ruling house, with or without a supposedly divine ancestry.

estabilidade do governo. Tentou-se, também, através do concílio, preservar os bens e a família real, em caso de golpes e tomadas bruscas de poder. Contudo, esse esforço não parece ter tido muito sucesso em impedir as constantes conspirações que os nobres visigodos articulavam para suceder o trono.

Após a morte de Quintila, rei visigodo que governava à época do concílio de Toledo de 633, seu filho Tulga, o sucessor indicado pelo rei, foi destronado por um grupo de nobres. Ao menos dessa vez seu destino não foi a morte, contudo foi obrigado a levar uma vida monástica, abdicando de qualquer direito, se tornando inelegível para qualquer autoridade secular. Essa sucessão não foi menos traumática e sangrenta para os nobres que apoiavam o jovem Tulga. De acordo com o cronista medieval Fredegar, após a morte de Quintila, o novo rei após a derrubada de Tulga,

“(…) rapidamente eliminou muitos dos principais homens do reino. Mais de 200 dos primeiros escalões e 500 de menor posição foram relatados como executados, enquanto muitos outros foram exilados. Suas propriedades, viúvas e filhas foram então redistribuídas entre os partidários do novo governante. (Collins, 2004, p. 82 [tradução livre]²)”

Nesse cenário, muitas vezes indicar o filho como sucessor real significava uma sentença de morte para o futuro rei. Roger Collins defende que principalmente após esse sangrento evento, as sucessões reais dos visigodos, já significativamente cercadas de instabilidades, se tornaram mais críticas, culminando nos eventos de 711. Para Feldman, essa tradição acabou por gerar um conflito quase que permanente entre os membros da classe governante.

“Isto gerou conflitos entre membros da nobreza, ora entre si e ora contra o rei no poder. Os reis muitas vezes quiseram fortalecer seu poder e nomear seus filhos como herdeiros do trono, criando uma dinastia. Quando o poder real era suficiente para conter a oposição isto ocorria; quando era menos poderoso gerava revoltas e regicídios

² (...) rapidly eliminated many of the leading men of the kingdom. Over 200 of those of the first rank and 500 of lesser standing are reported as being executed, while many others were exiled. Their property, widows, and daughters were then redistributed amongst the king's own supporters.

(assassinatos ou mutilações de reis ou herdeiros do trono). O bispo franco Gregório de Tours escreveu no final do século VI que os visigodos eram regicidas, pois matavam seus monarcas. (FELDMAN, 2016, p52)

Percebemos assim a fragilidade que sempre permeou a monarquia visigoda, envolta em crises perenes. Além de demonstrar uma relação tensa e instável entre a nobreza visigótica, evidencia uma fraqueza evidente na união e força do reino visigodo. Essa característica da monarquia visigótica é apontada por Sergio Feldman como um dos fatores principais de desunião do governo e elemento decisivo para o encadeamento dos eventos que culminaram na invasão árabe.

Uma das razões deste sucesso dos exércitos norte africanos foi a falta de coesão da monarquia e da nobreza visigótica, apesar dos esforços de Recaredo e de muitos de seus sucessores. (...) Um dos elementos mais desagregadores era a tradição visigótica de eleger seus reis. (FELDMAN, 2016, p52)

De certa forma podemos compreender que a crise que o reino visigodo passava naqueles momentos decisivos de 711 era consequência direta de uma tradição que paulatinamente corroeu a coesão do reino visigodo. Esse modelo monárquico e suas sucessões se constitui, ao que tudo indica, em um dos principais elementos para a grande dissolução final dos visigodos. A desintegração do governo Visigodo se reflete nos registros sobre esse momento de crise, no qual a Hispania se encontrava em plena guerra civil, decorrente dos problemas na alternância de poder.

Ao tempo da subida de Rodrigo ao poder, uma batalha se travava entre seus partidários e os apoiadores de Aquila, outro pretendente ao reinado. Segundo Roger Collins, não se sabe exatamente a relação de Aquila com Vitiza. Alguns cogitam que ele fosse filho de Vitiza, o que poderia ser um motivo para o conflito sobre sua sucessão, mas aparentemente ele era apoiado tanto por Vitiza como por outros nobres. Pela hipótese levantada por Collins, dificilmente Aquila seria filho de Vitiza, uma vez que ele considera

que o rei teria por volta de 25 anos quando morreu, possivelmente assassinado pelo próprio Rodrigo, que tomou o poder num violento golpe.

Rodrigo havia claramente tomado a monarquia com violência, embora com o apoio de uma parte significativa da nobreza. Sua tomada do trono estava, portanto, longe de ser o tipo de golpe discreto realizado dentro do grupo governante, (...). Wittiza com quase certeza foi derrubado à força, e muito provavelmente assassinado.

(Collins, 2004, p113 [tradução livre]³)

Aparentemente não existe uma unanimidade entre os historiadores sobre o papel específico dos agentes políticos na traição de Rodrigo e a colaboração com os muçulmanos. Segundo Roger Collins, nem sequer a evidência da traição é totalmente sustentada, tendo em vista que os documentos que relatam a invasão islâmica e os últimos momentos do reino visigodo são bem posteriores aos acontecimentos, carregados de contradições e narrativas politicamente comprometidas. Collins também aponta que

(...) Problemas semelhantes existem com respeito às fontes árabes, a maioria das quais são ainda mais recentes, mas que, em geral, não são mais do que elaborações sobre um núcleo de materiais lendários reunidos ou concebidos em meados do século IX. Em geral, deve-se admitir que ambos os níveis posteriores, o árabe e o asturiano, pouco ou nada acrescentam a uma compreensão adequada do que realmente aconteceu por volta de 711, e se não fizeram mais confundir a interpretação. (Collins, 2004, p138)

Contudo nos parece claro que, com a traição e morte de Rodrigo na batalha de Guadalete, e a suposição de que Áquila reinou apenas por três anos na região do vale Ebro, temos que considerar que qualquer conspiração para subida do trono pela intervenção muçulmana foi um grande fracasso de seus idealizadores. Em face de um

³ Roderic had clearly seized the monarchy violently, albeit with the support of a significant part of the noble elite. His taking the throne was, therefore, far from being the kind of discreet coup carried out within the ruling group, (...) Wittiza had almost certainly been forcibly overthrown, and most probably killed.

forte inimigo, essa crise impediu qualquer concílio entre os bispos e a nobreza para a eleição de um outro monarca, o qual pudesse unir o reino contra os invasores.

Os autores trazem outros motivos que se somaram à profunda crise política, transformando a invasão muçulmana na tempestade perfeita que levaria ao fim dos visigodos. Destacamos o fato de que os senhores de terra não pertencentes à elite gótica, bem como líderes locais, estavam mais interessados em fazer acordos com os invasores para manterem seus privilégios e posses do que lutar para defender o reino, o qual a centenas de anos estavam afastados do poder real. Além disso, registra-se que grande parte da população da P.I era composta de escravos, servos e homens livres que viviam sobre o jugo de senhores ligados à terra, sendo que aparentemente essas classes não possuíam qualquer privilégio e viviam de certo modo sem muita distinção entre si. Pela situação social, manifestavam desinteresse e até hostilidade pela classe dominante. Junto a esses, acrescentamos a população judia do reino, que, dada as severas restrições e perseguições impostas pelo regime monárquico visigodo, viam com bons olhos a dominação islâmica, notadamente mais tolerante com os judeus em seus domínios. Por último, não podemos ignorar o poder militar e político da expansão muçulmana, que nesse momento, após ter finalmente se assentado no norte da África derrotando os Bizantinos, mirava seus interesses de conquista para a Europa.

3.3 Ascensão do império Árabe

Roger Collins aceita como a data mais provável para o início da expansão dos Árabes os anos iniciais de 630, com a morte do profeta Maomé e a liderança do califa Abu Bakr. Nessa época teria se iniciado os primeiros ataques aos Bizantinos e Sassânidas, ambos enfraquecidos por anos de guerra entre si. Carole Hillenbrand (2008), separa em duas as fases da ascensão do império muçulmano. A primeira, uma “(...) *série explosiva e surpreendentemente fácil de conquistas dos territórios mais próximos da Arábia*” [tradução livre]⁴, na qual foram conquistadas a síria, a palestina e o Egito, sob

⁴ The first was an explosive and surprisingly easy series of conquests of the territories closest to Arabia

jugo dos Bizantinos, e o Iraque, dos Sassânidas. A segunda mais lenta e gradual, culminando em 711, ano da tomada da Hispania, ao oeste, indo até a Índia.

Com a derrota do Império Bizantino pelos árabes na batalha de Yarmuk, a expansão islâmica pelo oriente médio e Egito se deu rapidamente, culminando em 642, com a tomada de Alexandria. Após a tomada de Alexandria os árabes pouco a pouco foram conquistando as regiões mais importantes do norte da África, como o delta do rio Nilo, a atual Tunísia e, por fim, a península de Tângers entre os anos de 705 e 710, encerrando finalmente o domínio de Bizâncio na região. Essa conquista foi lenta e progressiva, dada a dificuldade do terreno e as crises políticas entre os árabes. Contudo, a expansão islâmica não seria possível sem a aquisição de uma forte marinha fornecida por Alexandria e o domínio e a islamização das tribos Berberes. No início da conquista da África pelos árabes, os Berberes se revelaram uma forte resistência às ambições muçulmanas na província romana, contudo, após consolidado o domínio islâmico, formariam a maior parte do exército que invadiu a Península.

Ao final da tomada de Tângers, Musa Ibn Nusayr é escolhido o novo governador da África pelo Califado. Completada a tomada da antiga província romana, parece ser uma questão lógica a invasão da Península Ibérica pelos árabes. Diversas narrativas relatam os eventos que culminaram na tomada da península ibérica, mas segundo Roger Collins, não existem fontes que claramente conseguem determinar como especificamente se deu.

Conhecemos a já antiga e duvidosa história da intervenção Árabe na P.I por requisição dos partidários de Áquila, na tentativa de buscar ajuda externa para destronar Rodrigo. Cronistas Árabes de séculos posteriores contam também a história da traição de um certo Julian, que em serviço do rei Rodrigo, o traiu por ressentimento pela desonra de sua filha pelo monarca. Seria pela traição desse vassalo que os Árabes teriam conseguido os barcos para cruzar o Estreito de Gibraltar e adentrar a Hispania.

Como apontado por Roger Collins quando tratamos da crise monárquica, a primeira narrativa que propõe a invasão muçulmana como uma intervenção acordada com nobres visigodos possui muitos problemas como possibilidade histórica. No que se

refere a essa crônica árabe sobre o servo Julian e sua filha, o autor entende ser completamente fictícia. Para o Collins, esses personagens

(...)são criações ficcionais, pertencentes a um conjunto de tradições moralizantes com o objetivo de dar sentido à catástrofe que tão rapidamente venceu o reino visigótico como um simples drama das paixões humanas. (Collins, 2004, p129 [tradução livre]⁵)

De fato, parece extremamente improvável que os árabes precisassem de qualquer embarcação de um suposto Julian para cruzar o estreito. Como Collins afirma, já há muito os muçulmanos vinham atacando várias localidades na orla do mediterrâneo, possuindo uma significativa marinha fornecida por Cartago. A invasão da península ibérica parece natural ao movimento expansionista árabe, como também uma ótima maneira de entrar na Europa. Mesmo com o império romano enfraquecido, a tomada de Constantinopla parecia inviável. Além do mais, como bem ressalta Collins, a instabilidade política e crise na monarquia é o tipo de situação que os muçulmanos apreciavam para atacar um novo alvo.

Carole Hillenbrand destaca que

A conquista da Espanha (al-Andalus) pelos muçulmanos decorreu naturalmente de sua presença no Marrocos, e foi realizada com grande facilidade. Por volta de 720, todas as principais cidades do sul da Espanha, incluindo Granada, Sevilha e Cordoba, haviam caído. (HILLENBRAND, 2008, 339 [tradução livre]⁶)

Assim, a Espanha não só se constituía como um alvo natural da conquista árabe, como também a própria crise no reino bárbaro se apresentava como o melhor momento para esse objetivo.

⁵ In reality both father and daughter are fictional creations, who belong to a set of moralizing traditions intended to make sense of the catastrophe that so rapidly overcame the Visigothic kingdom by means of a simple drama of human passions.

⁶ The Muslims' conquest of Spain (al-Andalus) followed naturally from their presence in Morocco and was achieved with great ease. By 720 all the major cities of southern Spain, including Granada, Seville and Cordoba, had fallen.

4 Metodologia

O procedimento metodológico para produção desse trabalho constituiu-se, primeiramente, a partir da seleção aleatória dos conjuntos dos textos notariais do CIPM. Contudo, embora o conjunto fosse escolhido ao acaso, para formar o material de análise foi observado o critério de escolha de 4 textos por século, sendo dois do início do século, e dois do final do século, tentando manter a mesma região de origem do documento. Ao final foram analisados 13 textos.

Após a seleção dos textos, efetuei a leitura e a identificação dos antropônimos presentes em cada texto, categorizando em nomes de origem “goda”, “cristã” e “outros”. Em seguida, os dados obtidos na análise dos textos foram tabulados para identificar o antropônimo e todas suas variações encontradas.

Foram selecionados os seguintes textos:

- Textos Notariais in Clíticos na História do Português - 2ª metade do século 12 - Douro Litoral - CHP001
- Documentos Notariais - 2ª metade do século 12 - Douro Litoral - DN001
- Notícia de Torto - 1214? - Minho - NT
- Textos Notariais in Clíticos na História do Português - 1268 - Douro Litoral - CHP002
- Textos Notariais in Clíticos na História do Português - 1277- Minho - CHP007
- Textos Notariais in Clíticos na História do Português - 1299 - Douro Litoral - CHP029
- Textos Notariais in Clíticos na História do Português - 1261 - Minho - CHP068
- Textos Notariais in História do Galego-Português - 1309 - Douro Litoral - HGP142
- Textos Notariais in História do Galego-Português - 1345 - Douro Litoral - HGP146
- Textos Notariais in História do Galego-Português - 1303 - Minho - HGP153
- Textos Notariais in História do Galego-Português - 1334 - Minho - HGP159
- Textos notariais in Clíticos da História do Português - 1397 - Estremadura - CHP146
- Textos notariais in Clíticos da História do Português - 1305 - Estremadura - CHP108

Em seguida, elenquei algumas questões teóricas levantadas por estudiosos da linguística histórica para análise com o intuito de, com os dados antroponímicos em mãos, analisar o contexto sócio-histórico que propiciou a seleção de tais nomes como elementos constitutivos do sistema antroponímico da época

Desse modo, primeiramente, apresentei o problema do sentimento de solidariedade política entre os hispanos e godos, bem como um culto consciente de retorno ao passado visigodo, apresentados por Piel como um fator de seleção dos antropônimos godos durante os primeiros séculos a partir do ano 1000 da era comum. Embora esses dois elementos se constituam como complementares, foram também analisados

separadamente. Por último levantei a questão relativa ao conhecimento que os ibéricos do séc. X e XI possuíam da semântica dos temas antroponímicos de origem goda.

5. Análise dos dados e argumentação teórica

5.1 Dados de nomes cristãos, godos, outros

Conforme observado na tabela, foram identificados 17 antropônimos de origem goda, 11 antropônimos de origem cristã e 52 antropônimos e outras origens.

Da ordem de maior ocorrência para a menor, temos de origem goda a seguintes ocorrências:

- **Gonçalo:** 19 ocorrências, com 10 variantes;
- **Gonçalves:** 9 ocorrências, com 4 variantes;
- **Afonso:** 8 ocorrências, com 5 variantes;

- **Rui:** 7 ocorrências, com 3 variantes;
- **Fernandes:** 7 ocorrências, com 2 variantes;
- **Rodrigues:** 6 ocorrências, com 2 variantes;
- **Fernando:** 4 ocorrências, com 2 variantes;
- **Elvira:** 3 ocorrências, com 2 variações;
- **Rodrigo:** 3 ocorrências, com 2 variantes;
- **Bermudes:** 2 ocorrências, com 2 variantes;

Para o restante dos nomes abaixo foram encontradas apenas uma ocorrência, com uma variante: **Brandão, Godinha, Guimarães, Odoriz, Ramires e Ramiro.**

5.2 Contextualização dos antropônimos medievais segundo o contexto histórico

Como dito anteriormente, o estudo da onomástica pode se constituir em poderosa ferramenta para nos revelar elementos socioculturais e históricos de uma dada comunidade de fala. Compreendendo a relevância dessa perspectiva, confrontamos os dados colhidos com três questões elencadas que objetivaram fornecer uma perspectiva sobre possíveis fatores que pudessem influenciar na seleção antroponímica da Península Ibérica a partir do ano 1000.

Como colocado na introdução desse trabalho, em seu texto “Antroponímia germânica da Península Ibérica”, Joseph-Maria Piel, ao observar a perenidade dos antropônimos germânicos na Península Ibérica, mesmo com a significativa minoria germânica e sua extensa latinização, aponta como fatores dessa longevidade o sentimento de solidariedade política entre os hispanos e godos, bem como um culto consciente de retorno ao passado visigodo.

Assim, as duas primeiras questões analisadas, os indícios dessa solidariedade hispano-godo e o culto ao passado visigodo, embora possam ser elaboradas separadamente, estão vinculadas entre si e decorrem mutuamente.

A última questão que será aqui abordada, levantada ao longo do trabalho, desemboca na reflexão sobre se aqueles indivíduos, no momento histórico da reconquista possuíam ou não alguma noção semântica dos nomes godos, que pudesse ser um fator na seleção antroponímica.

5.2.1 Problemas da solidariedade hispano-goda

A perspectiva da solidariedade hispano-godo como elemento sócio-cultural e histórico se coloca por si mesma e exige uma análise detalhada. Mattos e Silva compreende como um fenômeno específico e particular, ao destacar no comentário feito ao Piel, que o autor entende que a substância germânica na onomástica portuguesa se dá pela “(...) *solidariedade hispanogoda-cristã, por causa da presença islâmica*” (MATTOS e SILVA 2015).

Contudo, compreendo que cabe perguntarmos, antes mesmo de uma motivação externa para o surgimento ou consolidação dessa solidariedade, como historicamente se deu a relação entre esses diferentes estamentos sociais.

Os visigodos se assentam na península no rescaldo das últimas incursões contra os Suevos e Vândalos. Anteriormente já haviam lutado contra a federação de tribos composta pelos últimos citados e os Alanos. Ambas presenças visigodas na península foram requisitadas pelo próprio império romano. Na primeira ocupação, compuseram força auxiliar do exército romano, contratados para retomar a Hispania do usurpador Máximos, que havia cooptado a federação bárbara invasora para ajudá-lo na guerra contra Teodósio. Em recompensa pela campanha contra Máximos, foi cedido aos visigodos a região da Aquitânia ao sul da Gália.

Na segunda e definitiva oportunidade, após a aliarem-se a Teodorico I contra os hunos, consolidam seu reino na Aquitânia e na Hispânia, onde ajudaram a pacificar a região,

expulsando finalmente os vândalos da península, bem como reduzindo o domínio suevo ao noroeste. Com a tomada do império romano pelos Ostrogodos, pela próxima relação entre os dois povos, a autoridade visigoda no território se consolida. Lá se estabelecem como uma força administrativa e militar do Império Romano.

Suscita questão a aparente fixação dos visigodos como detentores do poder político da região, ainda mais se considerarmos a diferença entre a população que já estava assentada na península e a projeção da população visigoda que migrou para o novo território. A tradição dá conta de apenas 100.000 indivíduos, sendo que Roger Collins considera um número muito menor, de 20.000 indivíduos. Embora de difícil previsão, a estimativa da população da Península Ibérica nos anos do início da ocupação visigoda passaria de um milhão de habitantes. Assim, parece pertinente levantarmos a questão de como se deu a relação dos novos senhores da Hispânia e sua população original, principalmente a antiga elite detentora de um relativo poder econômico.

Sérgio Alberto Feldman defende uma marca antagônica nos aspectos sociais, econômicos e políticos entre os visigodos e a população hispano-romana. Para o autor, a constituição do governo visigótico é marcada por conflitos de ordem econômica e social. O assentamento da população e nobreza goda incorre em profundas perdas materiais para os detentores de terra, tendo em vista a porcentagem relativamente elevada de confisco pelos Visigodos das posses dos Hispano Romanos, permeando 2/3 das propriedades. Isso por si só já constituiria razão suficiente para fomentar revoltas e conflitos, uma vez que, novamente considerando a disparidade da população goda em relação a população original, também produziria uma concentração considerável de riquezas numa pequena parcela da sociedade. Somado a isso, Feldman também pontua uma marcação de ordem étnico religiosa, ao colocar os desafios do rei Leovigildo em 569, mais de 100 anos da derradeira ocupação goda.

Leovigildo tinha alguns problemas internos e outros externos. Internamente a sociedade estava dividida em: a) visigodos que eram germânicos e cristãos arianos e invasores; b) hispano-romanos católicos e submetidos ao invasor. (FELDMAN, 2016, p 47)

Desse modo, compreende-se que para Feldman essa relação entre os visigodos e os hispano-romanos não era tão harmônica. Em seu texto, destaca o papel de Isidoro de Sevilha na tentativa teológica de construir uma origem bíblica e originalmente dentro da história cristã para os visigodos, em consonância com a própria história dos povos hispanos.

Fica-nos a impressão de que realmente Isidoro acreditava nessa origem e nessa genealogia. Ao mesmo tempo, essa crença facilitou a Isidoro a busca de uma origem comum que justifique um relacionamento histórico ancestral dos visigodos com os hispano-romanos, no intuito de contribuir para a aproximação iniciada nos reinados de Leovigildo e seu filho e herdeiro Recaredo. Também permite a Isidoro realçar a antiguidade e a nobreza dos godos diante dos romanos e dos demais povos germânicos e qualificá-los para constituir um reino legítimo. (Os visigodos: de saqueadores de Roma a padrão de nobreza (FELDMAN, 2016, p 56)

Aparentemente a nobreza visigótica substituiu a classe social dos mais ricos hispano-romanos, de modo que esses tiveram que descer de sua posição social para dar lugar aos “invasores”. Nesse sentido, Roger Collins compreende que a relação imposta pelos novos habitantes, sustenta a

(...) impressão de que, no período visigótico, uma distribuição ampla de famílias hispano-romanas moderadamente abastadas, proprietárias de vilas romana, foram substituídas por uma elite muito menor e mais rica que se apresentava cada vez mais como a aristocracia gótica. (COLLINS, 2004, p209 [tradução livre]⁷)

Temos, assim, que a nobreza e a realeza visigótica acabaram por concentrar o poder militar e político, sendo sustentadas por terras e servos antes ligados ao império romano e à aristocracia ligada ao antigo regime. A essas posses recém adquiridas, podemos considerar também a cobrança de impostos dessas elites hispano-romanas. Nesse

⁷ This would support the impression that in the Visigothic period a rather broader spread of moderately wealthy Hispano-Roman villa-owning families was replaced by a much smaller and wealthier elite that increasingly presented itself as the Gothic aristocracy

sentido, a relação entre essa nova autoridade e a população hispano-romana parece se dar muito parecida com a relação antes vinculada à Roma. Contudo, Collins, em contraponto a Feldman, não descarta a possibilidade de membros provenientes da antiga elite ibérica se relacionarem com essa nova classe social em ativa cooperação, possivelmente compondo o governo visigodo.

Podemos entender, assim, que a relação entre essas duas classes até o momento consideradas distintas muito certamente não se deu de modo uniforme. Acordos, cooperações e outras formas de relações políticas possivelmente se articularam na interpenetração da população goda na população hispano-romana. Podemos considerar, inclusive, a possibilidade de relações mais próximas nas quais essa elite goda se mescla a antiga classe social. Embora constem a existência de impeditivos para o casamento entre hispano-romanos e godos, Roger Collins aponta que aparentemente essa restrição não era respeitada, ocorrendo alianças que demonstram a fusão dessas elites.

É muito difícil determinar a eficácia da administração gótica no século VI. O caso de Theudis parece sugerir que o poder repousava em nível local com a nobreza regional, ainda em grande parte de origem romana, a quem agora se juntavam as famílias da nova elite gótica. (COLLINS, 2004, p 44 [tradução livre]⁸)

Desse modo não podemos descartar a possibilidade de uma relativa quantidade de poder político e riqueza vinculada ao governo real residir nessa antiga elite regional.

Compreender a existência de um conflito entre essas duas classes parece inevitável quando pensamos numa pequena elite exercendo o poder militar e político sobre uma população numericamente superior. Mas para Collins não existem boas razões para negar o desenvolvimento de uma noção comum gótica na Península Ibérica do final do século VII. Conforme o autor, não parece existir a necessidade de uma afirmação de identidade romana, uma vez que as diferenças religiosas mais evidentes foram

⁸ How effective the Gothic administration was in practice in the sixth century is very hard to determine. Theudis's own case would seem to suggest that power rested at a local level with the regional nobility, still largely of Roman origin, to whom were now added the families of the incoming Gothic elite.

harmonizadas no final do século VI. Essa questão também é colocada por Barbero e Loring como a questão que “*aproximou definitivamente a nobreza gótica e as elites de origem Romana*” [tradução livre]⁹.

Não há boas razões para negar a possibilidade do desenvolvimento de uma identidade étnica gótica comum na Espanha do final do século VII. Até certo ponto, dificilmente existia outra possibilidade. Não havia necessidade de uma identidade romana separada a ser preservada, uma vez que as principais diferenças religiosas entre a população indígena e a minoria gótica foram resolvidas no final do século VI. Na verdade, deve-se perguntar até que ponto poderia haver algo como uma identidade étnica romana naquela época. (COLLINS, 2004, p 241 [tradução livre]¹⁰)

Em 589, Recaredo se converte ao catolicismo, abandonando o arianismo, iniciando uma nova fase para o reino visigodo. No momento de sua conversão, adota o nome de Flavius, que passará a ser utilizado por todos os reis a partir desse momento, relacionando diretamente sua autoridade à linhagem dos imperadores de Constantinopla, se colocando dessa forma como herdeiro direto do império romano (BARBERO e LORING, 2008). Nesse sentido a igreja desempenhou um importante papel tanto em legitimar a realeza visigótica quanto para conciliar as diferenças entre a elite hispano-romana e a nobreza gótica. Para os autores, a facilidade com que o credo Niceno foi adotado explica muito como se processou a aculturação entre a nobreza gótica e os de origem hispano-romana.

A relativa facilidade com que o credo Niceno foi aceito é explicada tanto pelo estágio avançado de aculturação entre a nobreza gótica e o mundo romano quanto pelo fortalecimento de uma monarquia que,

⁹ Religious unification facilitated the definitive rapprochement of the Gothic nobility and upper classes of Roman origin

¹⁰ There are no good reasons to deny the possibility of the development of a common Gothic ethnic identity in later seventh-century Spain. To some extent there was hardly any alternative. There was no need for a separate Roman identity to be preserved once the major religious differences between the indigenous population and the Gothic minority had been resolved in the late sixth century. Indeed, it must be asked to what extent there could be such a thing as a Roman ethnic identity by that time.

apesar de suas diferenças de Bizâncio, se representava como herdeira do Império. (BARBERO e LORING, 2008, p 348 [tradução livre]¹¹)

Desse modo, longe dos góticos se colocarem como uma força totalmente alienígena, se apresentavam como uma continuidade do próprio império romano.

Outro elemento que poderia se constituir como uma barreira para a integração, a língua, nunca pareceu existir na Hispania.

Se o uso da língua gótica sobrevivesse, é difícil imaginar como poderia ter ocorrido uma absorção em grande escala das classes altas hispano-romanas em um novo sentido de identidade. No entanto, não há evidências do uso do gótico na Espanha nos séculos VI e VII. (COLLINS, 2004, p 241 [tradução livre]¹²)

Sobre esse ponto, Orlando Ribeiro, destaca que a língua germana, a ponto de se perder,

(...) cedo foi trocada pela latina nas classes superiores, continuando apenas o povo a servir-se dela. Do gótico passaram ao português uns 40 vocábulos e destes cerca de um quarto por intermédio do latim. Contribuição insignificante comparada com as palavras de origem árabe, que formam quase um décimo da língua corrente. (RIBEIRO, 1987,p 32)

Desse modo o idioma germano não sobreviveu muito tempo na PI, ao menos pelas elites urbanas, sendo logo substituído pelo latim. Assim, pouco a pouco, afirma Collins, do modo como a população da galo-romana acabou se transformando em “francos”, os hispano-romanos se tornaram “godos” (ou melhor, hispano-godos). O autor defenderá, também, que não existem fontes do séc. VII que evidenciam a existência de uma

¹¹ The relative ease with which the Nicene creed was accepted is explained as much by the advanced stage of the acculturation between the Gothic nobility and the Roman world as by the strengthening of a monarchy which, despite its differences from Byzantium, represented itself as heir to the Empire.

¹² Had the Gothic language survived in use, it is hard to see how a large-scale absorption of the Hispano-Roman upper classes into a new sense of identity could have occurred. However, there is no evidence for the use of Gothic in Spain in the sixth and seventh centuries.

separação de uma população romana naquele período, por outro lado indicando sim uma extensiva “gotiquização” da população anterior em vários níveis da sociedade. Para ele, uma evidência dessa tese é

(...) a prevalência extraordinária de nomes de origem gótica nas cópias de documentos dos séculos que se seguiram à conquista árabe no norte e no sul. Isso não se refere apenas a possíveis descendentes de uma pequena população geneticamente germânica pré-conquista. A maioria dos cristãos na Espanha depois de 711 tinha nomes de origem gótica, vários dos quais, como Alfonso, sobreviveram até o presente. Embora houvesse também numerosos nomes bascos em uso, e até mesmo nomes árabes, bem como nomes cristãos comuns de origem principalmente no Novo Testamento, quase não existem nomes clássicos romanos entre as populações do norte da península. (COLLINS, 2004, p. 243 [tradução livre]¹³)

Nessa análise trazida por Collins temos que ele parece considerar a prática antroponímica com nomes godos ser anterior ao período da reconquista, ainda na constituição do Reino Visigodo. De fato, ao analisarmos aquele considerado o mais antigo documento escrito em um proto-romance ibérico, lá encontraremos uma relevante presença de nomes de origem goda. Ou seja, a questão seria conseguir obter documentos escritos na península ibérica, em qualquer idioma, produzido nos anos decorridos entre a invasão islâmica e a início do movimento de reconquista. Esses dados permitiriam analisar melhor o comportamento antroponímico dos ibéricos para observar qualquer variação na origem dos nomes.

Contudo, o autor não especifica a que documentação ele se refere. Estaria ele se referindo aos documentos que constituem o corpus do CIPM? Ou documentos produzidos em território ocupado pelos árabes? Como nota bibliográfica para essa passagem Collins cita o texto *Antroponomia de origen árabe en la documentación*

¹³ One simple indicator is the extraordinary prevalence of names of Gothic origin in the copious documentation of the centuries following the Arab conquest in both north and south. This does not relate just to possible descendants of a small genetically Germanic pre-conquest population. The majority of Christians in Spain after 711 had names of Gothic origin, several of which, such as Alfonso, have survived to the present. While there were also numerous Basque names in use, and even Arab ones, as well as common Christian ones of primarily New Testament origin, there are hardly any classical Roman ones to be found among the populations in the north of the peninsula.

leonesa, siglos VIII–XIII. Ou seja, estudo que aparentemente cobre o período e a localidade onde poderiam constar a documentação. Em leitura efetuada ao artigo, os autores se referem aos textos pertencentes aos *corpora* documentais *Colección documental de la catedral de León*, *Colección diplomática del Monasterio de Sahagún* e *Colección diplomática del monastério de Carrizo*. Segundo os autores, essa documentação abarcaria diversos textos dos anos 775 ao ano 1300.

No entanto, o referido estudo tem como objetivo a tabulação dos nomes de origem árabe, sendo que as referências aos nomes germânicos ou latinos se dá apenas quando eles compõem o dado colhido no trabalho, ou seja, quando composto ao nome árabe. Sobre os antropônimos de origem germana ou latina, os autores escrevem que,

Tratando-se de uma obra de antroponímia de origem árabe e não moçárabe, pareceu oportuno não admitir nomes de origem latina ou germana, dos quais está claramente indicado que sejam convertidos ou moçárabes. (AGUILAR e MEDIANO, 1994, p. 508 [tradução livre]¹⁴)

Assim, não temos informação sobre a quantidade de nomes estritamente germânicos. Para isso seria necessário o acesso e estudo dos documentos elencados no trabalho. De todo modo é possível verificar já a ocorrência de nomes godos em dados colhidos pelos autores, contudo sendo difícil, a especificação acerca de quais eram esses antropônimos e de quando foram registrados, dada a concentração do artigo ser os antropônimos árabes.

Se considerarmos como provável a ideia levantada por Collins de que a prática antroponímica goda já ocorria anos antes da reconquista, então temos que concessão de nomes germânicos aos nascidos era uma prática cultural comum. Ao analisarmos o levantamento antroponímico realizado, observamos desde o texto mais antigo do corpus a presença de antropônimos godos. Já no texto “Notícias de haver”, datado no

¹⁴ Al tratarse de un trabajo sobre antroponimia de origen árabe y no sobre mozárabes, nos ha parecido oportuno no admitir los nombres de origen latino o germano, de los que se indica claramente que son conversos o mozárabes.

século 12, temos uma grande presença de antropônimos godos. Sendo 23 ocorrências de nomes de origem germana.

Torna-se notável, de outra parte, a ascensão do uso de nomes cristãos ao longo dos séculos, sendo que a partir do séc. XIII passa a superar a ocorrência de nomes germânicos. Acrescido a isso, observamos também que, no conjunto de usos dos antropônimos analisados, embora os de origem cristãos ocorram com menos variedade do que os godos, com 11 usos de nomes diferentes em relação à 17 germânicos, as ocorrências de uso geral são superiores. Foram observados 97 usos de nomes cristãos, sendo 75 usos de nomes godos.

Considerando isso, se pensarmos nos eventos posteriores do séc. XI, bem como da “gotiquização” da sociedade hispano-romana, como trazido por Collins, não parece sequer muito relevante a própria noção de uma solidariedade hispano-goda, uma vez que a própria noção de solidariedade entre duas classes que não mais existiriam não faria sentido. Por essa perspectiva, a seleção antroponímica germana não seria nada mais do que uma tradição já sedimentada da sociedade ibérica da época. Mais do que a seleção de antropônimos germânicos, fato onomástico relevante se tornaria então a ascensão da antroponímia cristã.

Contudo, essa questão não é de fácil resolução. Parece difícil não dar um certo crédito para a tese que defende uma certa diferenciação entre germanos e hispano-romanos. Se as evidências que apontam um confisco de bens em favor dos góticos quando do estabelecimento de sua autoridade política estiverem corretas, é impossível não pensar no surgimento de um ressentimento e medo de parte da população anterior. Somando-se a isso podemos questionar o fato que, considerando verdadeira a tese de que não existiria uma diferença étnica tão marcada entre hispano-romanos e godos, porque a realeza só podia ser exercido pela elite visigoda? Barbero e Loring destacam para o fato de que, junto com os diversos canons dos concílios de toledo organizados, “*Eles também estabeleceram que o rei deveria ser escolhido originário da nobreza gótica*” (BARBERO e LORING, 2008 [tradução livre]¹⁵)

¹⁵ They also established that kings had to be chosen from the Gothic nobility,

5.2.2 O problema do culto ao passado visigodo

O culto a um passado glorioso de uma hispânia unificada sob um reino cristão visigodo é o outro elemento que propomos analisar em particular, embora novamente ressaltando sua vinculação direta com a tese anterior da solidariedade hispano-goda. Não só Piel, como também os outros autores estudados para o presente trabalho, fazem referência a essa questão. Sérgio Feldman irá dizer que:

O legado visigótico será considerado como um padrão identitário para os cristãos ibéricos, no período em que os cristãos começam a reconquistar lentamente espaços tomados pelos muçulmanos. Isso ocorreu nos séculos seguintes. O modelo jurídico e a religiosidade visigótica servirão como uma referência. As influências e os padrões da monarquia visigótica serão uma base da legitimação da monarquia castelhana. (FELDMAN, 2016, p. 58)

Para Feldman, as monarquias ibéricas buscavam se relacionar com o passado de modo a se colocarem como herdeiras dos visigodos, a fim de gerar um sentimento de continuidade e legitimidade. Se colocavam como os defensores da ibéria cristã, detentores do direito de reconquistar as terras dos infiéis. Terra essa outrora toda unida sob o domínio de um único reino cristão, o que Roger Collins aponta se constituir um ideal, o qual permeará os reinados ibéricos do séc. X em diante.

Foram os reis visigodos os primeiros a criar uma monarquia puramente espanhola em sua extensão geográfica e que, pelo menos em teoria, controlava toda a extensão de terra da península. Isso se tornou um ideal ao qual os reis castelhanos medievais podiam aspirar, embora nunca alcançassem. (COLLINS, 2004, p. 2 [tradução livre]¹⁶)

¹⁶ It was the Visigothic kings who first created a monarchy that was purely Spanish in its geographical extent, and which at least in theory controlled the whole land mass of the peninsula. This became an ideal toward which medieval Castilian kings could aspire, though never attain.

Collins aponta que, se os visigodos pudessem de alguma forma serem culpados por não resistirem aos árabes, permitindo tão facilmente a invasão do território, eles também forneceram um propósito para as muitas gerações de reis asturianos, leoneses e castelhanos que reivindicaram estarem reconquistando o que haviam perdido.

Assim, a vinculação ao passado visigodo parece ser muito mais uma preocupação de uma estrita elite ibérica, procurando justificativas políticas e até diplomáticas para se colocarem como legítimos candidatos ao exercício do poder real no território. Desse modo, a vinculação ao passado heroico visigodo não parecia ser interessante somente pelo aspecto moral de insuflar um certo tipo de sentimento nacional. Como coloca Barbara Maria Cogni, essa suposta herança visigótica também serviu para que Alfonso X reivindicasse o título de imperador do Sacro Império Romano.

Alfonso X reivindicará o título de imperador do Sacro Império Romano que havia ficado vago em 1205 com a morte de Frederico II recorrendo a sua suposta herança visigótica e romana. (COGNI, 2008, p. 3)

Assim, percebemos que a construção dessa identidade visigoda na constituição dos reinos cristãos se firmava como um movimento político muito favorável aos monarcas ibéricos, legitimando suas posições de liderança e conquistas territoriais, como, por exemplo, o projeto de cruzada de Afonso X na África para retomar a antiga província africana e diocese imperial.

Outro projeto de Alfonso X será realizar uma Cruzada na África, por motivos estratégicos e ideológicos. Controlando Gibraltar e o Norte da África, a Península Ibérica ficaria protegida de um novo ataque dos mouros. Além disso, a África havia sido uma província romana, parte da diocese imperial da Hispania e tinha ficado sob domínio visigótico, portanto deveria voltar a pertencer aos herdeiros dos visigodos, ou seja, Alfonso X, isto lhe ajudaria a conseguir o título de Imperador do Sacro Império Romano. (COGNI, 2008, p. 3)

Charles Julian Bishko, em seu artigo *The spanish and the portuguese reconquest, 1095 – 1492*, também aponta a tese da continuidade das monarquias ibéricas como herdeiras dos reis visigodos, principalmente na figura de Alfonso I. Contudo, como bem sabemos, a legitimidade para a unificação da península foi contestada por alguns séculos entre os reis ibéricos. Bishko aponta que, embora a ideia de um pan-iberismo pode ter ventilado o ideal monárquico dos reis cristãos, a realidade se coloca como inviável a unificação cristã sob um poder central.

Contudo, como coloca ainda o autor, a maturação das instituições religiosas e os laços de nobreza e comércio com os outros reinos europeus, transforma a reconquista não mais numa luta de sobrevivência contra o invasor, mas a oportunidade de ganhar terras, espólios, poder, prestígio e a satisfação de realizar ideais religiosos. Carlos Laliena em seu artigo "*Holy war, crusade and reconquista in recent anglo-american historiography about the iberian península*", compreende que a Reconquista é um evento histórico que se entrelaça nos acontecimentos da cruzada cristã europeia, imbuído os dois momentos na noção de guerra santa. Desse modo, soma-se à possibilidade da conquista de espólios e saques a projeção político-religiosa de participar de um movimento transnacional.

Assim, não podemos ignorar motivações de ordem muito mais pragmáticas para a busca da legitimação de poder em momento tão crucial de ofensiva contra os muçulmanos, motivações essas bem distantes do restante da população alheias às aspirações de poder real. Podemos questionar, então, se a seleção de nomes localizada nos documentos analisados poderia apontar para alguma consideração dos ibéricos de classes mais baixas para esse resgate de um passado visigodo. Considerando que, como observado na discussão sobre a solidariedade hispano-goda, a seleção de nomes germânicos poderia ser não mais do que uma tradição naquela época, para indicar alguma relação da escolha antroponímica com um culto ao passado visigodo, seria de esperar que pelo menos alguns desses nomes apontasse pra isso.

Verificando os dados obtidos, até onde se limitou a minha pesquisa, não encontrei referência aos nomes da antiguidade visigoda naqueles encontrados nos documentos analisados. Com exceção de Rodrigo, nenhum outro antropônimo consta nas cronologias de personagens e nomes antigos que poderiam constar na memória popular. Parece, inclusive, que aqueles nomes utilizados durante o período visigótico se

encontravam fora de uso. Também entre os nomes dos reis e nobres ibéricos da reconquista dificilmente encontramos o uso de algum nome visigodo referente a algum notável do passado.

Desse modo, parece-nos que essa aspiração da nobreza ibérica para buscar uma vinculação com a realeza visigótica se insere numa dimensão restrita a aspectos político-religiosos de uma pequena elite. Essa percepção pode, na verdade, explicar sim o fenômeno da ascensão da antroponímia cristã. Inserido num contexto político de mudança da percepção de fé com o ideal de peregrinação à terra santa e as cruzadas, faria sentido uma noção política supranacional da fé católica. O movimento político dos monarcas nessa direção seria vantajoso não só por inserir numa perspectiva mais do que sua restrição geográfica de influência, bem como influenciar os favores da igreja, bem como o reforço militar das ordens cristãs que se movimentaram para lutar pela fé.

5.2.3 A não hispanidade dos visigodos

Como última questão para discussão, insiro na argumentação aqui proposta a tese levantada por Américo Castro sobre a não-hispanidade dos visigodos. A defesa da não-hispanidade dos visigodos levantada por Castro, considerada como paradoxal e insustentável por Piel, é que os habitantes da Península Ibérica anteriores a invasão muçulmana possuíam o que ele chamou de “estrutura de vida”, ou “estrutura funcional”, diversa daquela manifestada a partir do ano 1000 em diante.

Américo Castro irá dizer que o aprofundamento na “estrutura funcional” da abstração hispânica permitirá saber:

(...)quando passa a existir aquilo que constitui a realidade hispânica indiscutivelmente, realidade essa que, para modificar seu caminho ou adotar outros conteúdos, deve recorrer a elementos que lhe são alheios, marginais. Usando termos familiares aos lingüistas, as mudanças na história hispânica vêm mais do ad-stratum do que do sub-stratum. Na chamada Idade Média, eles vêm mais das vizinhanças do Al-Andalus muçulmano e da França, do que do impulso romano-

visigótico, quase desaparecido entre os moçárabes. (CASTRO, 1949, p. 242 [tradução livre]¹⁷)

Assim Castro defende que os elementos constituintes daquilo que chamaríamos de Espanha, nos momentos críticos da formação dos reinos cristãos e do movimento de reconquista, compunham influencias diversas de uma anterioridade visigótica. Como sabemos, os reinos cristãos, principalmente os reinos de Aragão e Navarra, sofreram forte influência dos francos, sendo que muitos nobres que comporiam a realeza ibérica não eram exatamente aqueles herdeiros na nobreza visigoda, mas sim provenientes da Borgonha e de outras regiões do sul da França. O próprio Afonso Henrique, o conquistador, primeiro rei de Portugal, pertencia à casa de Borgonha. Para esses nobres, a hispania visigoda se constituía como “(...) *um passado glorioso sem semelhança com o presente.*”

Aqueles que começaram a lutar efetivamente contra os muçulmanos não eram hispânicos ou Tarraconenses, mas homens sem nenhum vínculo autêntico com a estrutura vital dos visigodos. Embora se declarassem herdeiros da grandeza visigótica, não é menos verdade que a afirmação genealógica não é suficiente para estruturar a vida de um povo. Os cristãos reconquistadores não se ligaram aos visigodos de Toledo, César Augusta ou Carthago Nova. (CASTRO, 1949, p. 245 [tradução livre]¹⁸)

¹⁷ Gracias a ella podemos saber cuándo comienza a existir *eso* que constituye unívocamente la realidad hispánica, una realidad que, para modificar su curso o adoptar otros contenidos, ha de recurrir a elementos extraños a ella, marginales. Usando términos conocidos de los lingüistas, los cambios en la historia hispana proceden más del *ad-stratum* que del *sub-siratum*. En la llamada Edad Media, provienen más de la vecindad de Al-Andalus musulmán y de Francia, que del impulso romano-visigodo, casi desvanecidos entre los mozárabes.

¹⁸ Quienes comenzaron a guerrear eficazmente contra los musulmanes no fueron hispalenses ni tarraconenses, sino hombres sin enlace auténtico con la estructura vital de los visigodos. Aunque ellos se declararan herederos de la grandeza visigoda, no es menos cierto que la pretensión genealógica no basta a estructurar la vida de un pueblo. Los cristianos reconquistadores no enlazaban con los visigodos de Toledo, Caesar Augusta o Carthago Nova

Assim, o autor irá afirmar que a ancestralidade visigoda, bem como o imaginário heróico daquele passado, irá lançar pouca projeção sobre o movimento religioso, militar e cultural que inaugurou a reconquista e o período a partir do século XI.

Castro defenderá também que, embora de difícil aceção essa “estrutura de vida” dos visigodos, dada a escassez de relatos legados pelos godos da baixa idade média, ainda assim é possível estabelecer que aqueles indivíduos se encontravam numa difícil posição vital. O autor compreende que os visigodos viviam um tanto deslocados de seu destino e identidade. Já não eram aqueles bárbaros que deixaram os balcãs e invadiram o império romano, e tampouco eram romanos, por mais latinizados que se encontravam, pois o próprio império romano já não existia mais. Para Castro:

(...)vemos o povo gótico entrar na história sustentado pelo propósito de perpassar para uma estrutura de vida que não era a sua; aqueles germanos viveriam doravante algo como aqueles que não conservam plenamente sua pátria de origem, nem adquirem a adotada. (CASTRO, 1949, p. 251 [tradução livre]¹⁹)

De certa forma podemos compreender essa percepção ao considerarmos a tentativa do governo visigodo em tentar harmonizar o sistema de leis romanas com o visigodo, assim como a manutenção de tradições tribais na sucessão real.

Desse modo, o que seria qualquer pensamento de unidade visigoda, ou menos uma Gothia, como nação, a renomear a Hispânia, foi obliterada pela reformulação total da organização espacial e social da península com a invasão árabe. Podemos compreender usando os termos de Castro que a “estrutura de vida” visigótica não conseguiu resistir, e nem possuía os meios para tal, ao “cataclismo visigodo”.

O passado visigodo, como realidade efetiva, se tornaria uma lembrança remota. A história se fará como um caminhar independente ao sul de seis grupos humanos – galegos, leoneses, castelhanos,

¹⁹ vemos entrar en la historia al pueblo godo sostenido por el propósito de deslizarse en una estructura de vida que no era la suya; aquellos germanos vivirían en adelante algo así como esos emigrados que ni conservan plenamente su patria de origen, ni adquieren la adoptada.

vascos, aragoneses e catalões – que como seis cavaleiros, iniciam sua marcha ao sul, cada um imbuído de sua língua e planos de vida. (CASTRO, 1949, p. 261 [tradução livre]²⁰)

A reconquista e a formação desse território conquistado, não mais o “reino visigodo”, se tornaria a história daqueles diferentes reinos ibéricos, fragmentados em nomes nunca antes ouvidos em solo hispânico: Castela, Navarra, Aragão e Catalunha.

5.2.4 Motivação semântica na seleção antroponímica

Por último, proponho levantar a questão sobre as motivações dos hispano-godos do ano 1000 em diante em sua seleção antroponímica. Teriam os habitantes da península ibérica alguma noção do significado bitemático dos nomes godos que pudesse influenciar em suas escolhas? Essa compreensão poderia ser um fato para privilegiar os nomes de origem germânica naquele período?

Ao analisarmos o comportamento antroponímico de diversas culturas, percebemos que a escolha do nome concedido a uma pessoa ao nascer possui elementos temáticos diretos com palavras que guardam significado motivado. Ou seja, os nomes não são necessariamente atribuídos por uma tradição que preservou uma forma compreendida como um antropônimo, mas sim existe um significado. Nesse contexto social, o nome possui uma função que vai além de um elemento distintivo entre indivíduos, mas possui um valor social que revela aspectos do sistema de pensamento dessa comunidade.

Por vezes, para a tradição antroponímica ocidental contemporânea, essa característica pode trazer assombro ou curiosidade sobre uma cultura diferente. Contudo, sabe-se que muitos nomes que hoje utilizamos como esvaziados de significado, para as

²⁰ El pasado visigodo, como realidad efectiva, iría quedando en remota lejanía. La historia se hará en adelante como un independiente caminar hacia el sur de seis grupos humanos —gallegos, leoneses, castellanos, vascos, aragoneses y catalanes—, que como seis jinetes, inician su marcha pertrechados cada uno con su habla, y con su plan de vida.

sociedades ocidentais antigas, eles possuíam significados para o sistema de valores daqueles povos ancestrais. Sobre isso Carvalhinhos traz que

Se hoje as sociedades ocidentais apresentam esse fenômeno do esvaziamento semântico nos nomes próprios de pessoas, nestas mesmas sociedades durante a Antiguidade os nomes não eram atribuídos por tradição ou gosto, mas efetivamente havia um motivo ou uma motivação ao fazê-lo, fosse por atributos físicos ou morais que se quisesse imprimir no indivíduo nomeado, fosse por devoção ou pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo (CARVALHINHOS, 2007, p. 167)

Contudo, se na antiguidade podemos aceitar que de fato a seleção antroponímica guardava uma motivação pertinente ao tema do nome escolhido, como saber o momento em que esse significado se perdeu? Passados cerca de 400 anos da ocupação germânica, estariam aqueles hispano-godos conscientes das propriedades semânticas de seus nomes próprios? Em relação a isso, Márcia Sipavicius Seide afirma que

Ainda que se saiba serem os nomes próprios de pessoa motivados, nas civilizações gregas e romanas antigas, não há como afirmar que em todas as vezes em que um determinado nome foi escolhido para designar um recém-nato, a escolha foi feita com base no significado etimológico. Assim afirmar que o significado de um antropônimo é aquele sugerido pela etimologia é acreditar que, nas línguas clássicas, o significado etimológico dos antropônimos era sabido por todos, algo de difícil comprovação. Se bem não haja dados ou evidências contra ou a favor desta tese, supô-la verdadeira equivaleria a assumir que, nestas sociedades, os nomes próprios fossem imunes às conhecidas mudanças de significado a que estão sujeitos os demais nomes. (SEIDE, 2013, p. 91)

Seide cita ainda Breal ao constatar que uma vez aceito uso de um nome, ele se esvazia rapidamente de sua significação etimológica. Conforme a citação de Breal colhida por Seide, *“Quando mais uma palavra se distancia de suas origens, mais está a serviço do pensamento”*. Desse modo, considerando a distância entre o momento da reconquista e o início da ocupação visigoda, temos um período relativamente grande de quatro séculos entre o possível uso consciente dos temas antroponímicos até os elementos de

superstrato germânico do português arcaico. Podemos somar a isso o fato de que os visigodos, ao ocuparem a Hispânia, já há muito se encontravam em relativo estágio de latinização, sendo o idioma godo de uso significativamente reduzido, conforme Piel mesmo aponta, ao afirmar que os godos, logo após sua instalação, “terem abandonado o próprio idioma nacional”. Mesmo considerando a escassez de documentação escrita produzida na Península Ibérica, não localizei nos textos estudados menção ao uso do idioma godo, em exceção à bíblia de Úlfila, que de todo modo não foi escrita na Hispânia. Assim, podemos supor que o uso do godo como língua por alguma comunidade de fala na P.I pertenceria a pequenas células sociais, talvez por assentamentos rurais de etnia goda, mas que em pouco tempo foi extinta.

Analisando os dados linguísticos colhidos, encontramos diversas formas de grafia dos nomes Godos, sendo que todas elas mantinham pouca relação com a grafia próxima ao étimo godo. Por exemplo temos “gonça-“ para a forma antiga “gunthi-“, ou o nome “Afonso” para forma “Athalfuns”. Para uma diferença mais evidente temos a forma “fer-“ para “frithu-“, em Fernando.

A relativa diferença na grafia levanta a hipótese de que aqueles indivíduos já não guardavam uma forma anterior que carregava o sema do tema onomástico. Muitas formas parecem inclusive distantes da palavra original, de modo que a própria compreensão dos elementos temáticos separados estaria prejudicada. Isso se considerarmos que aqueles habitantes a partir do século X e XI possuíam qualquer compreensão de termos linguísticos de origem goda, fora aqueles já consolidados no vocabulário e que foram herdados para os idiomas ibéricos modernos.

Se considerarmos os vocábulos herdados do germano que hoje compreendemos em uso no português, como guarda “ward” ou grampo “krump”, temos que elas estão vinculadas a aspectos da vida doméstica e os afazeres do campo. Não verifiquei o registro de palavras utilizadas para a formação bitemática dos nomes godos também em uso no vocabulário, que pudesse de alguma forma fazer a relação entre o elemento denotativo do termo.

Assim, considerando o *“esvaziamento semântico a que são passíveis os nomes próprios”* (SEIDE 2013), de modo que o uso prolongado de um nome parece contribuir para a

opacidade de seu significado, ainda mais por falantes distantes do idioma original, podemos levantar a possibilidade desses hispano-godos desconhecerem o elemento semântico dos temas antroponímicos visigodos. Essa ideia reforça a tese da utilização da antroponímia goda como uma tradição da Hispânia, não guardando uma relação direta com a motivação política de retorno ao passado.

6 Considerações finais

Durante esse trabalho, tivemos uma noção da dificuldade e necessidade de rigor metodológico com as fontes e dados históricos. O estudo de qualquer disciplina histórica nos parece difícil e delicada, pois temos que constantemente lidar com o desejo humano de projetarmos nossa própria subjetividade e valores contemporâneos naquele período. Evitar a tentação de tentar compreender de modo moral nossos fracassos e acertos como uma extensão dos fracassos e acertos de antigos antepassados. A escassez e dispersão dos dados faz com que desejemos suprir as lacunas de informação para compreendermos melhor aquele momento, contudo, isso pode também nos conduzir a perspectiva da história não por uma visão científica, mas guiada pela percepção da história das fontes que buscamos.

É, de fato, um difícil quebra cabeça a interpretação da história, e já adianto que a interpretação aqui levantada de modo nenhum ambiciona se apresentar como uma verdade. Tenho compreensão da superficialidade dessa pesquisa e da necessidade de um aprofundamento e domínio de outras disciplinas para uma melhor compreensão dos eventos, registros, fontes e dados analisados. Contudo, apresento aqui uma perspectiva que me parece contrária a maioria das correntes que eu tive contato no decorrer da pesquisa.

Pelo que pude apreender das leituras que se debruçaram sobre esse período, me parece aceita a tese de que a seleção antroponímica germânica durante o processo inicial da reconquista se deu por um sentimento saudosista de retorno a um passado visigodo, no qual o reino bárbaro cristão dominava uma península ibérica unida pela mesma fé. E que esse sentimento, diria com ressalvas “nacional”, ou de “identidade ibérica goda”, perpassou a sociedade influenciando uma união entre distintas classes sociais – os hispanos e os godos – numa solidariedade contra os invasores heréticos. Dai que os reis e reconquistadores ibéricos clamariam para si o legado daqueles Visigodos, como herdeiros daquela Hispania de outrora.

Conforme defendido por alguns autores, considero relevante a interpretação histórico-social de que existia uma distinção e até um antagonismo entre hispanos e godos, constituindo essas duas identidades elementos separados na composição da sociedade ibérica. Considerando isso, torna-se relevante uma interpretação que defende um evento social que uniria essas duas classes em prol de um interesse comum, aproximando-as ideologicamente e politicamente. Nesse sentido, um reflexo no comportamento de seleção antroponímica poderia ser indicativo desse fenômeno social. Poderíamos relacionar um aumento na ocorrência de antropônimos godos nesse período, apontando para o sentimento de retorno ao passado de domínio visigodo.

Muitos autores identificam essa evidência ao constatarem a profusão de antropônimos godos no período inicial do movimento da reconquista. Analisando os dados colhidos, é perceptível a ocorrência notável dessa antroponímia germânica nos documentos disponíveis. Contudo, consideramos pertinente a interpretação levantada por Collins, na qual a quantidade de nomes germânicos nos períodos posteriores ao fim do reino visigodo é uma evidência não de um retorno ao passado, mas sim de uma miscigenação entre os elementos godos e hispanos, na qual a seleção antroponímica se revela como uma tradição social.

Como levantado na argumentação, para compreendermos melhor essa questão, seria necessário o acesso e análise de documentos notariais ou administrativos que contemplassem um período histórico logo dos primeiros momentos da queda do reino visigodo ao início da reconquista, ou seja, do século VIII ao XIII. Contudo, o documento mais antigo que compõe o CIPM data do século 12. Assim, não é possível afirmar como se deu a seleção antroponímica até aquele momento, tendo em vista a escassez dos dados. Contudo, por outro lado, de acordo com a análise dos dados levantados, fator sensível se revela a acentuada progressão na ocorrência de antropônimos de origem cristã, sendo esse fenômeno um evento detectável na tabulação. Assim, mais do que uma solidariedade hispano-goda, há de se propor um sentimento transnacional cristão, que influenciaria diretamente o comportamento de seleção antroponímica.

Realmente, é inegável que uma volta ao passado ocorreu na mentalidade dos reis e nobres ibéricos, inclusive como justificativa para almejamem a reunião da hispânia sob um único rei. De todo modo, a ilusão de uma união ibérica logo se mostrou impossível,

pelo menos naquele momento, dada a profusão de reinos e monarcas que se consideravam detentores daquele legado. Contudo, a questão que se coloca é se esse sentimento de fato foi um fator social tão relevante assim para influenciar a antroponímia, ou, até mesmo, se ele chegou ao afeto da grande parte da população média da península, não ficando restrita aos sentimentos de uma elite que ambicionava e lutava pelo poder, quase como uma propaganda que politicamente poderia se tornar favorável dentro dos espectros de sucessão de governo. Pelo que consegui interpretar, é possível identificar sim a presença desse sentimento de culto ao passado visigodo, mas não com a capilaridade e força suficiente para engajar as camadas populares e influenciar na seleção antroponímica nessa proporção. Como analisado nos dados levantados, não podemos verificar nos antropônimos daquele período nenhuma referência a grandes personalidades visigodas das crônicas da ocupação germânica, o que seria um indício de alguma comoção social nesse sentido.

Constitui um excelente diálogo com essa perspectiva a tese levantada por Castro, rejeitada por Piel, na qual ele defende a não hispanidade dos visigodos. Se o sentimento de continuidade entre o legado visigodo e os ibéricos fosse assim tão poderoso, não haveria motivo para nomearmos a invasão muçulmana de “cataclisma visigodo”. Esse evento não seria um fator tão decisivo para o fim dos godos e seu sentimento de identidade. Como dito anteriormente, o próprio Dom Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, pertencia a outra genealogia de povos europeus, sem ligação direta com os nobres godos que se exilaram ao norte.

Assim, pelos dados e análises efetuados nas referências teóricas à mão, compreendo que a prática de seleção antroponímica visigoda se constituía como uma tradição cultural já sedimentada no território hispânico, somente sendo continuada mais explicitamente no norte dada a pouca influência árabe. Fato social notável que irá alterar o comportamento de seleção antroponímica é, em contrapartida, o sentimento religioso em oposição à construção do inimigo muçulmano. Constatamos o aumento progressivo ao longo dos anos da concessão antroponímica de influência cristã na península ibérica, ao ponto que a ocorrência desses nomes ultrapassar a antroponímia germânica.

De todo modo, é clara e inegável a força da influência antroponímica visigoda no português, bem como nos outros idiomas ibéricos. Mesmo após qualquer abrandamento de um sentimento de culto ao passado visigodo, ou a massiva adoção de nomes cristãos, os nomes godos se consolidaram e resistiram a passagem dos séculos. Seja pela pitoresca história desse povo antigo, ou a profunda importância que as invasões bárbaras germânicas tiveram na história, o interesse sobre os antepassados ibéricos da idade média permanece. Para a tradição antroponímica de língua portuguesa, esse superstrato linguístico ainda continua a inspirar o batizado de inúmeras crianças que, embora muitos nunca saberão a origem temática de seu nome, ainda sim carregarão um certo mistério antigo particular às alcunhas godas.

7. Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Victoria e MEDIANO, Fernando. Antroponomia de origen árabe en la documentación leonesa, siglos VIII–XIII. **El Reino de León en la alta Edad Media, vol. 6**, Leon: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1994, p. 499–633
- BARBERO, A.; LORING, M. I. The catholic visigothic kingdom. **The New Cambridge Medieval History Vol. I**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 346-370.
- BASTIANI, Carla. Antropônimos e memória: o léxico enquanto possibilidade de resgate da história social por meio da análise do nome próprio. **Nova Revista Amazônica**. Pará, n. 4, p. 97-106, 2014.
- BISHKO, Charles Julian. The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095–1492. **A History of the Crusades, vol. 3: The Fourteenth and Fifteenth Centuries**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1975, p. 396-456.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem - Revista Eletrônica de Linguística**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. [18], 2007.
- CASTRO, Americo. El enfoque histórico y la no hispanidad de los visigodos. **Nueva Revista De Filología Hispánica (NRFH)**, Ciudad de México, v.3, n.3, 1949, p. 217-263.
- COGNI, Bárbara Maria. Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica – Século XIII. São Paulo, 2008. 11p.. Dissertação (Mestranda em História) - IFCH, Universidade de Campinas.
- COLLINS, Roger. **Visigothic Spain 409–711**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- FELDMAN, Sérgio Alberto. Os visigodos: de saqueadores de Roma a padrão de nobreza. **Dimensões**, Vitória, n.37, 2016, p. 38-60.
- GONÇALVES, Marco Antônio. Os nomes próprios nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul. **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-72, 1992.
- HILLENBRAND, Carole. Muhammad and the rise of Islam. **The New Cambridge Medieval History Vol. I**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 317-345.
- LALIENA, Carlos. Holy War, Crusade and "Reconquista" in recent anglo-american historiography about the Iberian Peninsula. **Imago temporis: medium Aevum**, Zaragoza, n.9, 2015, p. 109-122.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Germanismos e arabismos no período formativo da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/germanismos.html>.
- PIEL, Joseph-Maria. Antroponímia germânica da Península Ibérica. **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: IN-CM, 1989. P. 129-147

RIBEIRO, Orlando. **A formação de Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1987.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Motivações contemporâneas para a escolha do antropônimo. **ENTRELETRAS**, Araguaína, v. 4, n. 2, 2013, p. 90-101.